

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Terminais Fluviais do Brasil S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Terminais Fluviais do Brasil S.A. ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Fluviais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia mantém relações e transações relevantes com partes relacionadas. Os resultados dessas relações e transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas a título de saldos correspondentes, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 09 de fevereiro de 2018, sem modificação.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

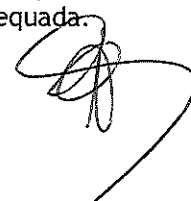
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.





Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 22 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8


Mário Jorge Costa Fernandes
Contador CRC 1 PE 011500/O-6

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2018		2017	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	55.894	4.496		3.152
Contas a receber	7	13.649	13.529		8.894
Estoques		14	14		-
Tributos a recuperar	8	3.827	3.546		620
Adiantamentos a fornecedor	21	21	294		488
Mútuo com partes relacionadas	19	44	-		24.029
Outros Créditos		1.613	568		977
		<u>75.062</u>	<u>22.447</u>		<u>364</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	7	3.698	9.244		33.773
Mútuo com partes relacionadas	19	10.150	-		-
Tributos a recuperar	8	126	1.197		20.229
Imobilizado	9	192.610	197.311		4.515
		<u>206.584</u>	<u>207.752</u>		<u>58.517</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores			313		
Empréstimos e financiamentos	13		-		
Debêntures a pagar	13		18.055		
Obrigações tributárias	10		1.950		
Obrigações sociais e trabalhistas			664		
Adiantamentos de clientes	11		18.694		
Dividendos a pagar			-		
Outros passivos			107		
			<u>39.783</u>		<u>38.524</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13		-		
Debentures a pagar	13		125.958		
Provisão para contingências			120		
Adiantamentos de clientes	11		19.788		
Passivo fiscal diferido	12		4.359		
			<u>150.225</u>		<u>58.517</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	14		58.671		
Reservas de lucros			24.505		
Ajuste de avaliação patrimonial			8.462		
			<u>91.638</u>		<u>133.158</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido			<u>281.646</u>		<u>230.199</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2018	2017
Receita operacional líquida de serviços	15	61.988	69.577
Custo dos serviços prestados	16	(11.835)	(10.614)
Lucro bruto		50.153	58.963
Despesas/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(9.198)	(8.789)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	3.474	6.864
Lucro operacional antes do resultado financeiro		44.429	57.038
Receitas financeiras	17	1.753	716
Despesas financeiras	17	(6.396)	(5.077)
Resultado financeiro líquido		(4.643)	(4.361)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		39.786	52.677
Imposto de Renda e Contribuição Social	18	(8.185)	(11.285)
Lucro líquido do exercício		31.601	41.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	31.601	41.392
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	31.601	41.392

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Retenções de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros				
Saldos em 1º de janeiro de 2017	58.671	1.888	1.609	29.578	5.835	-	97.581	
Ajuste a valor justo	-	-	-	-	3.142	-	3.142	
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	(324)	-	(324)	
Realização dos tributos diferidos sobre o ajuste a valor justo	-	-	-	-	110	-	110	
Lucros distribuído	-	-	-	-	-	(7.766)	(7.766)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.392	41.392	
Destinações do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	2.070	-	-	-	(2.070)	-	
Reserva de incentivo fiscal	-	-	6.746	-	-	(6.746)	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(977)	(977)	
Destinação dos lucros acumulados remanescentes	-	-	-	23.833	-	(23.833)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	58.671	3.958	8.355	53.411	8.763	-	133.158	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.601	31.601	
Realização do ajuste a valor justo	-	-	-	-	(456)	456	-	
Realização dos tributos diferidos sobre o ajuste a valor justo	-	-	-	-	155	(155)	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	(53.411)	-	-	(53.411)	
Destinações do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	1.580	-	-	-	(1.580)	-	
Reserva de incentivo fiscal	-	-	3.327	-	-	(3.327)	-	
Antecipação de dividendos do exercício de 2018	-	-	-	(19.710)	-	-	(19.710)	
Destinação dos lucros acumulados remanescentes	-	-	-	26.995	-	(26.995)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	58.671	5.538	11.682	7.285	8.462	-	91.638	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	31.601	41.392
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	6.866	5.408
Provisão para contingências	120	-
Realização da reserva de avaliação patrimonial e dos tributos diferidos	-	(214)
Variações monetárias líquidas	-	3.058
Juros incorridos	4.214	-
Lucro do exercício ajustado	42.801	49.644
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nas contas a receber	5.426	(8.685)
(Aumento) em estoques	-	(14)
Redução nas adiantamentos a fornecedores	273	7.613
(Aumento)/redução nos tributos a recuperar	790	(322)
(Aumento) em outros créditos	(1.045)	(298)
(Redução) em fornecedores	(2.839)	(9.285)
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	1.330	(2.067)
Aumento/(redução) em obrigações sociais e trabalhistas	176	(32)
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	(5.776)	22.259
Aumento/(redução) em dividendos a pagar	(977)	143
Redução em tributos diferidos	(156)	4.651
Aumento/(redução) em outras passivos	(257)	308
Redução em juros pagos	-	(5.710)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.746	58.205
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.165)	(50.067)
Baixa de imobilizado	-	5.001
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.165)	(45.066)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos - Principal e Juros	(43.023)	(11.782)
Captação de debentures	150.000	-
Amortização de debentures - Principal e Juros	(9.845)	-
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(5.000)
Dividendos distribuídos	(73.121)	(8.744)
Empréstimos de partes relacionadas - ativo	(10.194)	(343)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamento	13.817	(25.869)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.398	(12.730)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	4.496	17.226
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	55.894	4.496
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.398	(12.730)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Terminais Fluviais do Brasil S/A (“Companhia”), foi constituída em 30 de novembro de 2009, sob a forma de sociedade por ações, com capital fechado, com sede na cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de armazenagem de combustíveis líquidos, serviços auxiliares de apoio marítimo e fluvial, análise técnica e qualitativa de combustíveis líquidos, construção de edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), obras de construção civil de outros tipos, serviços de preparação do terreno e montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas, comércio varejista de materiais de construção em geral e suas respectivas atividades secundárias; comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para construção, mineração e terraplanagem.

Contrato de prestação de serviço com a Petróleo Brasileiro S.A.

A Companhia iniciou suas atividades em março de 2013. Adicionalmente, foi assinado um contrato de prestação de serviço de armazenagem e movimentação de produtos com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) na modalidade *Take or Pay* com demanda de serviço contratado de 10 anos segundo o qual, independente do uso do serviço pela Petrobrás, o valor será pago. Atualmente, a Companhia tem uma demanda garantida que pode corresponder a faturamentos por prestação de serviço na ordem de R\$296.000. A demanda garantida depende da prestação de serviço por parte da Companhia para ser confirmada como receita a cada período.

Contrato de prestação de serviços com a Tricon Energy Ltd.

A Companhia assinou, em 2016, um contrato de prestação de serviços portuários, no montante de R\$ 68.571, com a Tricon Energy Ltd., uma trading norte-americana, objetivando a construção de 44 mil m³ em tanques. A Tancagem foi concluída em 2017. Os serviços serão prestados de forma contínua, pelo prazo de 30 meses e as obrigações de desempenho serão cumpridas no decorrer do prazo do contrato.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)**

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido do exercício apresentado, razão pela qual a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.2 Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da IFRS 9, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Ativo financeiro cujo o fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;
- **Valor justo por meio do resultado:** Todos os demais ativos financeiros.

A adoção deste IFRS 9 trouxe apenas impactos conceituais e não de contabilizações para a Companhia, logo, não reapresentou suas demonstrações contábeis de períodos anteriores.

Custo Amortizado

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

Os ativos financeiros da Companhia são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado

Os passivos financeiros reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado são compostos por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou inicia outra forma de reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de armazenagem no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas pelo o valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7. Tributos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

2.8. Imobilizado

Durante o exercício de 2015, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado), a Companhia pôde optar por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) a determinadas classes de ativos

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados nas classes de Terrenos, Edificações e Benfeitorias, Máquinas, Equipamentos e Instalações, Veículos, Móveis e Utensílios, Tanques e Tubovias, Flutuantes, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção deste Pronunciamento Técnico, visto que o custo histórico registrado para estes ativos anteriormente diverge do valor justo de realização dos mesmos.

A definição dos custos atribuídos foi determinada com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa especializada no assunto.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de peças ou itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue.

	<u>Anos</u>
Edificações	25-40
Máquinas	10-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Um item do ativo imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas da venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)**

menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10. Adiantamentos para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irrevogável e irretroatável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da entidade, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo não corrente.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13. Provisões

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.

2.14. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)**

estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Vida útil dos itens do ativo imobilizado

A Companhia utiliza, para os bens objeto de avaliação patrimonial, as taxas de depreciação calculadas em função do tempo de vida útil remanescente destes bens. Para os demais itens do ativo imobilizado utiliza-se as taxas estabelecidas pelo Fisco para o cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros de mercado, risco de liquidez e risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(a) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa, não descontados, contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	313	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	8.894	20.950	12.823
Fornecedores	3.152	-	-

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

A dívida líquida em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumariados:

	2018	2017
Total de empréstimos e financiamentos	144.013	42.667
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(55.894)	(4.496)
Dívida líquida	88.119	38.171
Total do patrimônio líquido	91.638	133.158

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2018	2017
Ativos conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	55.894	4.496
Contas a receber de clientes	17.347	22.773
	<u>73.241</u>	<u>27.269</u>
Passivos conforme Balanço Patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	-	42.667
Debêntures	144.013	-
Fornecedores	313	3.152
	<u>144.326</u>	<u>45.819</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Aplicações financeiras (i)	55.894	4.496
	<u>55.894</u>	<u>4.496</u>

(i) A Companhia investe seus recursos em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com rentabilidade de 99% do CDI. Todos os recursos aplicados têm liquidez imediata.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

7. Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber de clientes	439	2.976
Contas a receber empresas ligadas	16.908	19.797
	<u>17.347</u>	<u>22.773</u>
Circulante	13.649	13.529
Não Circulante	3.698	9.244

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a análise do vencimento do saldo de contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	2018	2017
A vencer	15.329	19.616
Vencidos até 30 dias	-	15
Vencidos entre 31 a 90 dias	1	462
Vencidos entre 91 a 180 dias	-	2.399
Vencidos há mais de 180 dias	2.017	281
	<u>17.347</u>	<u>22.773</u>

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

Todos os valores vencidos a mais de 120 dias são avaliados individualmente quanto à sua expectativa de recebimento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração entende que não há qualquer necessidade de provisão de valores para perda.

8. Tributos a recuperar

	2018	2017
Saldo Negativo do IRPJ e base negativa de CSLL (i)	943	-
PIS e COFINS a recuperar (ii)	2.775	4.620
ICMS a Recuperar	86	86
Outros	148	37
	<u>3.952</u>	<u>4.743</u>
Circulante	3.826	3.546
Não circulante	126	1.197

(i) O saldo negativo de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL refere-se ao fato de, ao final do ano calendário, os valores retidos na fonte pelo fornecimento às entidades de administração públicas (IN SRF 1.234/2012) e os valores retidos na fonte sobre os ganhos de aplicação financeira superam os valores devidos de IRPJ e CSLL a pagar, caracterizando crédito tributário sujeito a compensação nos termos da Lei n° 9.430/96 e IN SRF n° 1.300/2012;

(ii) Refere-se, basicamente, ao crédito de PIS e COFINS gerado na incorporação ao ativo imobilizado construídos e adquiridos para utilização na prestação de serviços, conforme o inciso VII do caput do art. 3° da Lei n° 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso VII do caput do art. 3° da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

9. Imobilizado

(a) Composição dos saldos

	Taxa de depreciação	2018		2017	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.275	-	12.275	11.412
Edificações e benfeitorias	2,5%-4%	67.729	(4.742)	62.987	64.657
Máquinas, equipamentos e instalações	7,5%-10%	8.854	(2.698)	6.156	6.533
Veículos	20%-33,33%	131	(91)	40	64
Móveis e utensílios	20%-12,5%	202	(75)	127	143
Tanques e tubovias	10%-15%	88.647	(9.856)	78.791	81.743
Flutuante	10%-17%	35.235	(5.316)	29.919	31.014
Imobilizado em andamento		2.315	-	2.315	1.745
		215.388	(22.778)	192.610	197.311

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

10. Obrigações tributárias

	2018	2017
Imposto de renda retido na fonte	60	122
ISS a recolher	576	325
IRPJ e CSLL	1.304	82
Outros	10	91
	<u>1.950</u>	<u>620</u>

11. Adiantamento de clientes

Refere-se a adiantamento recebido da *Tricon Energy Ltd.* por conta de futuras prestações de serviços portuários. A operação entre a Companhia e a *Tricon Energy Ltd.* teve início em janeiro de 2018, após a conclusão das obras de ampliação da base localizada em Itacoatiara (AM). A segregação do montante adiantado entre curto e longo prazo expressa a expectativa da Administração na realização dos valores recebidos.

12. Passivo fiscal diferido

O passivo fiscal diferido é referente à movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado, em decorrência da adoção do custo atribuído do imobilizado.

	2018	2017
IRPJ Diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial	3.205	3.319
CSLL Diferida sobre ajuste de avaliação patrimonial	1.154	1.196
	<u>4.359</u>	<u>4.515</u>

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

(a) Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.894	33.773	42.667
Juros incorridos	356	-	356
Amortização de juros	(43.023)	-	(43.023)
Amortização de principal	33.773	(33.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- Companhia e/ou fiadores;
- Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista no contrato;
 - A existência de ato definido de autoridade administrativa que impeça a conclusão ou a continuidade do projeto;
 - O descumprimento de decisão de autoridade administrativa ou judicial relativa à execução do projeto, ou, caso qualquer autorização, concessão permissão ou licença relevante necessária para o início e/ou desenvolvimento do projeto seja revogada ou modificada, produzindo esse evento um efeito adverso sobre a capacidade da Companhia cumprir todas as obrigações;
 - Ocorrência de pedido de autofalência, decretação de falência, deferimento de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, qualquer procedimento judicial análogo nesta alínea, ou suspensão injustificada, a critério razoável do Agente Financeiro, de suas atividades por mais de 30 dias, desde que dentro de tal prazo não tenham sido tomadas medidas para corrigir ou remediar a suspensão;
 - Se qualquer das garantias reais ou fidejussórias constituídas no Contrato de Repasse tornarem-se comprovadamente impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da dívida, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Financeiro e devidamente efetivadas e registradas pela Companhia;
 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes de outros contratos firmados com o Agente Financeiro ou Terceiros;
 - Decretação de vencimento antecipado de qualquer contrato de financiamento celebrado pelo Agente Financeiro ou BNDES com a Companhia ou seus sucessores e/ou ainda o vencimento antecipado de qualquer outro contrato que qualquer outra empresa pertencente ao Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, tenha celebrado e/ou venha a celebrar com o Agente Financeiro e/ou BNDES;
 - For apurado, pelo Agente Financeiro ou BNDES, qualquer descumprimento, falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão imputável a Companhia em qualquer declaração, garantia, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue pela Companhia relativo ao Contrato de Repasse;
 - O protesto de títulos contra a Companhia ou seus Controladores, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros e validamente comprovado, se for cancelado ou ainda se o protesto for sustado, em qualquer das hipóteses, no prazo máximo de 30 dias corrido de sua ocorrência;
 - Alienação, desapropriação, confisco, oneração ou transferência a qualquer título, ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer tempo, de quaisquer ativos e passivos relacionados ao projeto, para terceiro não previamente aprovado pelo Agente Financeiro e pelo BNDES;
 - Se a Companhia tiver seu nome incluído no Cadastro de Emitentes de

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Cheques sem Fundo, instituído pelo Banco Central do Brasil;

- Se a Companhia não mantiver em dia o pagamento de todos os tributos federais, estaduais, ou municipais, encargos trabalhistas, previdenciários ou assistenciais, a que esteja ou venha a estar sujeita, bem como tributos incidentes sobre imóveis que constituem garantia dessa operação, observando causa de vencimento antecipado;
- Realização, por qualquer autoridade pública, de qualquer ato com objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos bens, ativos ou propriedades adquiridas por força do projeto;
- Inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivo que importe em: i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou seu desenvolvimento tecnológico; ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Redução do quadro de pessoal da Companhia, sem atendimento ao disposto no Contrato de Repasse;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente, sendo que a Companhia declara neste ato a inexistência de referida sentença nesta data;
- Diplomação como Deputado (a) Federal ou Senador (a), de pessoa que exerça função remunerada na Companhia, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, Artigo 54, Incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento desde que o pagamento da dívida ocorra no prazo de 5 dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de, não fazendo, incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento;
- A alienação ou oneração, sem prévio consentimento escrito do BNDES e do Agente Financeiro de quaisquer bens compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse;
- A não manutenção dos bens, compreendidos na hipoteca mencionada no Contrato de Repasse, em perfeito estado de conservação, funcionamento e produtividade, admitido o perecimento decorrente do uso e do tempo;
- Propositura de plano de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, pela Companhia;

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- Se a Companhia falir ou perder a administração de quaisquer dos bens mencionada no Contrato de Repasse, sem substituí-los;
- A ocorrência de quaisquer outros eventos, que a critério do agente financeiro, possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Companhia, ou que possam causar prejuízos à imagem do agente financeiro no contexto da sociedade ou do Sistema Financeiro Nacional (STN).

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social em 2018 é de R\$ 58.671 (igual valor em 2017), dividido em 58.671 mil ações (igual quantidade em 2017), no valor unitário de R\$ 1,00 (um real - mesmo valor em 2017) cada, conforme composição a seguir:

	<u>Número de ações</u>
Dislub Combustíveis Ltda.	19.290
CHJ Participações e Administração Ltda.	14.786
Humberto do Amaral Carrilho	9.838
Cláudia Barbosa Carrilho	2.459
Sérgio Luiz Silva da Fonseca Lins	6.149
José Valdyr Silva da Fonseca Lins	6.149
	<u>58.671</u>

b. Reservas

Reserva legal

Constituída pelo percentual de 5% do lucro líquido do exercício, que não excederá o limite de 20% do capital social, conforme legislação societária.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 11.682 (R\$ 8.355 em 2017) decorre do benefício fiscal de redução do imposto de renda proveniente do lucro da exploração, o qual não pode ser distribuído aos acionistas.

c. Dividendos propostos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 3% sobre o lucro líquido ajustado. Entretanto, em 2018 não houve a constituição de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 977 em 2017). O saldo remanescente de lucros acumulados foi transferido para a conta “outras reservas de lucros” para posterior deliberação do valor envolvido por parte dos acionistas.

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

prioritários para o desenvolvimento regional, na área de atuação da Sudam - Amazônia Legal - poderão pleitear redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Incentivo à produção, que beneficiará as pessoas jurídicas com projetos de implantação, ampliação, diversificação ou modernização total ou parcial, enquadrados em setores da economia considerados pelo Decreto No 4.212/2002 prioritários para o desenvolvimento regional e que estejam situados na área de atuação da ADA. Esse benefício consiste na redução de 75% no imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

17 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	26	20
Variações cambiais e monetárias ativas	119	96
Ganhos sobre aplicações	810	296
Juros sobre notas promissórias	636	293
Juros sobre mútuo	161	-
Outros	1	11
	<u>1.753</u>	<u>716</u>
Despesas financeiras		
Juros bancários	(2.219)	(4.850)
Juros sobre debêntures	(3.858)	-
Descontos concedidos	(25)	(122)
Variações cambiais e monetárias passivas	(134)	-
Outros	(160)	(105)
	<u>(6.396)</u>	<u>(5.077)</u>
	<u>(4.643)</u>	<u>(4.361)</u>

18 Impostos de renda e Contribuição social

	2018	2017
Imposto de renda	(6.012)	(8.291)
Contribuição social	(2.173)	(2.994)
	<u>(8.185)</u>	<u>(11.285)</u>

A apuração dos saldos de IRPJ e CSLL do exercício de 2018 está apresentada a seguir:

	2018	
	IR	CS
Lucro Contábil	31.601	31.601
Adições	5.511	5.511
Exclusões	(12.965)	(12.965)
Lucro real/Base positiva C. Social	<u>24.147</u>	<u>24.147</u>
Provisão	<u>6.012</u>	<u>2.173</u>
	<u>6.012</u>	<u>2.173</u>

TERMINAIS FLUVIAIS DO BRASIL S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

19 Partes relacionadas

(a) Composição dos saldos e transações

	2018	2017
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Petro Energia Indústria e Comércio Ltda.	7.745	10.553
Dislub Combustíveis Ltda.	5.421	-
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	44	-
	<u>13.210</u>	<u>10.553</u>
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes		
Petro Energia Indústria e Comércio Ltda.	3.698	9.244
Mútuo com partes relacionadas		
Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo	10.150	-
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Acionistas	-	977
Patrimônio Líquido		
Capital social		
Dislub Combustíveis Ltda.	19.290	13.669
Demonstrações de resultados		
Receita bruta		
Petro Energia Indústria e Comércio Ltda.	41	15.832
Despesas gerais e Administrativas		
Rateios de Gastos Corporativos - CSC		
GDE Participação e Administração de Bens Ltda.	(3.689)	(3.604)

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os Administradores são os próprios sócios, os quais poderão ser remunerados por distribuição de lucros ou juros sobre o capital próprio. Durante o exercício findo em 2018 foram distribuídos R\$ 72.821 (R\$ 7.766 em 2017) de lucros ou dividendos aos acionistas, além dos dividendos mínimos obrigatórios.

20 Eventos subsequentes

A Administração considerou os eventos subsequentes entre 31 de dezembro de 2018 e a data de emissão destas demonstrações contábeis e não identificou eventos ou fatos que tenham impactos nestas demonstrações ou devam nelas serem incluídos.